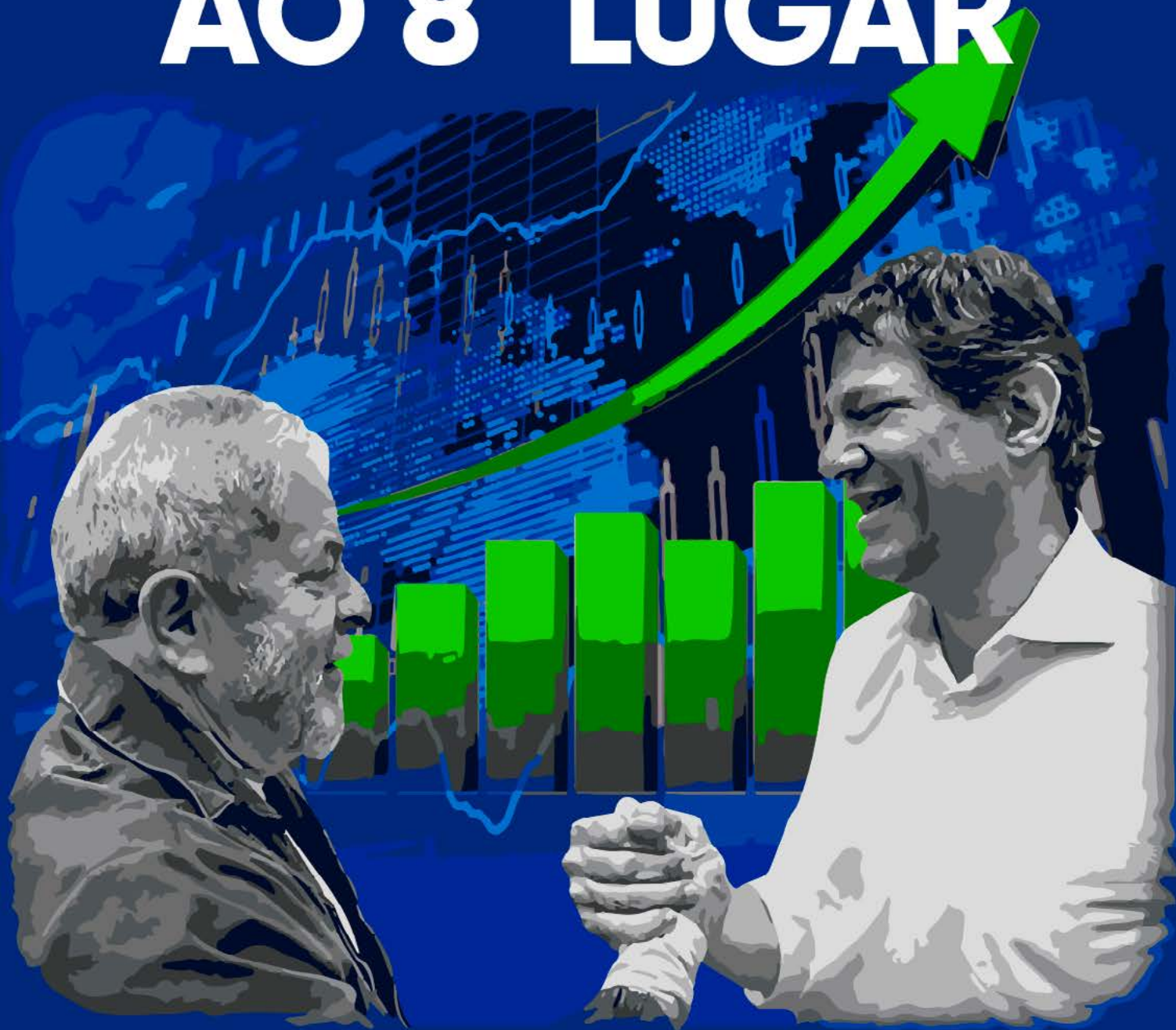


BRASIL RUMO AO 8º LUGAR



Em franca recuperação econômica pós-desmante, Brasil pode alcançar o posto de 8ª maior economia do mundo ainda em 2024, com PIB crescendo 2,2%, afirma o FMI, além de apresentar crescimento de renda e redução da pobreza

focus
BRASIL

Emprego e renda: Brasil recompõe economia

Renda bate recorde da série histórica

Musk x Brasil: Moraes quer resposta



EDIÇÃO ESPECIAL

60 ANOS DO GOLPE

Informações e relatos sobre um período do Brasil que não foi superado e que, por isso, lutamos para que nunca volte a acontecer.

disponível para
DOWNLOAD!



visite teoriaedebate.org.br

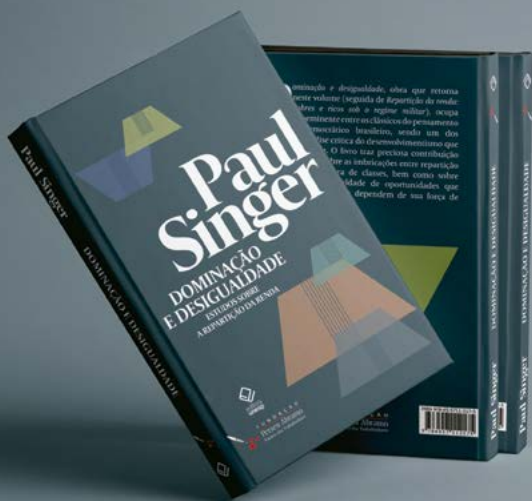


FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DOMINAÇÃO E DESIGUALDADE

ESTUDOS SOBRE A REPARTIÇÃO DE RENDA

PAUL SINGER



ADQUIRA SEU EXEMPLAR:

editoraunesp.com.br



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



editora
unesp

focus

BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Colaboradores: Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Guto Alves,

Henrique Nunes e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria

de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira

Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim,

Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio,

Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque,

Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel,

Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada

Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima,

Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza

Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena

Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

RECONEXÃO PERIFÉRIAS
LANÇAMENTO DO CADERNO

26/04 - DAS 16H ÀS 19H

CHACINAS E FEMINICÍDIOS

OS CASOS DE REALENGO E CAMPINAS



Local: Ocupação Nove de Julho
R. Álvaro de Carvalho, 427
Bela Vista - São Paulo

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



cesc
Centro de Estudos de
Segurança e Cidadania

SÃO PAULO





Ricardo Stuckert/PR

RECONSTRUÇÃO ECONÔMICA

O presidente Lula comemorou mais um avanço da economia brasileira. "A previsão do FMI é o Brasil ocupar a 8ª posição na economia mundial. Quando assumi, em 2023, nosso país estava na 11ª posição. Voltamos ao grupo das 10 maiores economias já no primeiro ano de governo e seguimos avançando com muito trabalho", disse

Página 06

CARTA AO LEITOR O Papa e os paspalhos

Página 05

CAPA A reparação econômica do governo Lula

Página 06

META FISCAL Paulo Nogueira Jr analisa anúncios de Haddad

Página 09

DENGUE Baixa adesão à vacina ameaça doses

Página 14

DIREITOS 'Terra Livre'

protesta contra Marco Temporal

Página 16

MUSK Moraes quer ouvir o bilionário sobre descumprimentos

Página 17

RELIGIÕES Curso do PT quer fortalecer diálogo na política

Página 18

ENTREVISTA Fábio Novo apresenta propostas para Teresina

Página 20

CULTURA Reconexão Periferias apresenta Dias Júnior

Página 25

ARTIGO Gleisi Hoffmann escreve sobre visita a China

Página 27

COLÔMBIA No país, Lula reforça fortalecimento sul-americano

Página 29

HISTÓRIA Há 44 anos, Lula era preso com líderes do ABC

Página 30



O PAPA E OS PASPALHOS

Alberto Cantalice

Copacabana é um bairro cantado em prosa e verso por magníficos artistas brasileiros. De Princesinha do Mar, de João de Barro, ou Braguinha ao Mar de Copacabana, de Gilberto Gil, passeou também pela voz de Geraldo Azevedo em parceria com Carlos Fernando, na belíssima Em Copacabana.

Cartão postal mundialmente conhecido, é notabilizado também pelos festejos de virada de ano e por shows memoráveis: milhões assistiram em suas calçadas e areias a Roberto Carlos, Stevie Wonder e os Rolling Stones, e vem aí a Madonna. Em 25 de julho de 2013, mais de 1 milhão de pessoas foram ao bairro para receber o Papa Francisco, na Jornada Mun-

dial da Juventude.

Mas nem só positivities compõem o panorama do bairro e seu microcosmo social. No último domingo, 21 de abril, um espectro golpista e "fascistizante" rondou a região. Sobre carreta sonorizada, pontificaram parte dos responsáveis pela sanha golpista de 8 de janeiro: os estimuladores Jair Bolsonaro e o Pastor Silas Malafaia.

Diferentemente do Papa Francisco, que 10 anos atrás veio pregar a paz e a concórdia entre os povos, os paspalhos de agora pregaram contra a união e a Constituição. Sem a credibilidade do Pontífice, mas usando a religião e a fé como instrumento de propaganda política, arregimentaram em torno de 30 mil pessoas.

Não é pouco, convenhamos. Juntar 30 mil pessoas para ouvir as sandices dessa dupla é uma de-

monstração de resiliência e força. Dignos de nota foram os apelos ao bilionário Elon Musk, inclusive em inglês, como se fosse o trumpista Musk um paladino da liberdade e da democracia. Uma falácia.

Os decibéis do golpismo não podem ser subestimados. Eles estão vivos e à espreita. Os ataques às instituições foram a tônica do discurso do pastor. Um discurso claramente terceirizado pelo Capitão. Os pedidos de anistia aos golpistas compuseram o cenário da pantomima.

Mais do que arregimentar a "tropa", os atos protagonizados pela dupla miram a anistia e a reabilitação do Capitão. Fato que, se for ao menos considerado, seria um verdadeiro tapa na cara da democracia brasileira.

Eles continuarão ladrando. Faz parte!



Fabio Rodrigues-Pozzebom / Agência Brasil

EMPREGO E RENDA: BRASIL RECOMPÕE ECONOMIA

Em verdadeiro movimento de reparação ao povo brasileiro, que havia retornado ao mapa da fome, atingindo níveis extremos de pobreza, governo Lula retoma políticas de recuperação de emprego e renda e ruma à 8ª maior economia do mundo, segundo o FMI

Redação Focus Brasil

Embora canais de notícia na TV ainda dediquem horas de seus caros comentaristas a desdenhar do desempenho econômico brasileiro, a passos largos a política de reconstrução desenhada pelo governo Lula já atinge resultados

vultosos já no fechamento do primeiro trimestre de 2024: o Brasil está próximo de se tornar a 8ª maior economia do mundo. Animadores também os números que anunciam o crescimento de renda e queda de desemprego, uma verdadeira transformação desde o fim do governo anterior, que deixou o Brasil de volta ao mapa da fome e aumentou a ex-

trema-pobreza.

O trabalho - de muita sorte, dizem - tem dado resultado e contrariou previsões pessimistas do próprio FMI. A projeção de crescimento do PIB brasileiro para 2024 é de 2,2%, o que levará o país à 8ª posição no ranking das maiores economias globais. Os dados foram divulgados pelo Fundo Monetário Internacional

esta semana, em Washington, nos Estados Unidos, nos relatórios World Economic Outlook e Fiscal Monitor.

Conforme a publicação anterior do FMI sobre a economia global - o World Economic Outlook de outubro do ano passado - o Brasil só chegaria à oitava posição no ranking mundial em 2026. "A revisão para cima do Brasil vem da expectativa da "consolidação da política fiscal, efeitos da política monetária restritiva (controle da inflação), apesar de uma menor contribuição da agricultura", diz o documento. O relatório ainda cita que, depois da inflação no país caminhar em direção à meta, o Banco Central iniciou seu ciclo de corte nos juros, em 2023.

A revisão aponta um aumento de 0,5% em comparação com a projeção anterior, que sugeria um crescimento de 1,7%. No ano de 2023, a economia brasileira registrou um crescimento de 2,9% em seu Produto Interno Bruto (PIB). Se as projeções do FMI se confirmarem, o PIB brasileiro chegará a US\$2,3 trilhões, deixando a Itália com a posição do 9º lugar.

A despeito do que foi apresentado pelo Governo, no entanto, o FMI projeta piora no déficit das contas públicas, mas a Fazenda rebate. A LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que foi entregue ao Congresso, prevê déficit zero em 2025, e superávit de 0,25% em 2026. A meta anterior era de superávit de 0,5% em 2025 e de 1% em 2026. A margem de tolerância é de 0,25 ponto percentual (leia mais no artigo de Paulo Nogueira Batista Jr. na pág. 09).

O presidente Lula comemorou mais esse avanço da economia brasileira. "A previsão do FMI é o Brasil ocupar a 8ª posição na economia mundial. Quando assumi, em 2023, nosso país estava na 11ª posição. Voltamos ao gru-

Tomaz Silva/Agência Brasil



LUIZ MARINHO - Ministro do Trabalho e Emprego celebrou valorização do salário mínimo: "Quando você distribui renda, você combate a pobreza"

po das 10 maiores economias já no primeiro ano de governo e seguimos avançando com muito trabalho", disse Lula, nas redes sociais.

O crescimento é, na verdade, o começo da decolagem: uma reparação ao povo brasileiro com a recuperação econômica de um país que, governado por agentes do mercado desde o Golpe de 2016, iniciou um declínio econômico que culminou no desastre do governo Bolsonaro, que colocou o Brasil novamente no Mapa da Fome. Em 2023, 16,9 milhões de brasileiros e brasileiras (8,3% da população do país) estavam abaixo da linha de extrema pobreza. Em 2022, 9,6% da população vivia em condições extremas de miséria. O país chegou a registrar 33 milhões de pessoas em situação de fome na gestão bolsonarista.

Renda bate recorde histórico

A ampliação do Bolsa Família e o mercado de trabalho aquecido ajudaram a renda média domiciliar per capita a bater recorde em 2023. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o rendimento médio por pessoa atingiu patamar de R\$1.848, o maior desde o início da série histórica, em 2012.

Os dados são ajustados pela inflação e integram a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), divulgada na última semana.

"Quando você distribui renda, você combate a pobreza, combate a miséria, aumenta a distribuição e aumenta o consumo, porque quanto mais massa salarial, mais consumo, e a economia induz um processo de crescimento, isso é muito importante", enfatizou o ministro do Trabalho e Emprego (MTE), Luiz Marinho, sobre a importância da valorização do salário mínimo.

Gustavo Fontes, analista da amostra, aponta o Bolsa Família, a queda do desemprego e o aumento real do salário mínimo como responsáveis pelos números expressivos divulgados pelo IBGE. Em relação a 2022, a renda média per capita apresentou alta de 11,5%. "Além do crescimento do benefício médio desse programa, houve expansão do percentual de domicílios beneficiados", esclarece o pesquisador.

Os dados indicam que o Bolsa Família alcançou quase 20% dos lares brasileiros, no ano passado, um em cada cinco domicílios do país. O percentual também é o maior da série histórica. Em números absolutos, o programa protegeu quase 15 milhões de endereços.



DIGNIDADE - Segundo a FGV, 2,6 milhões de brasileiros e brasileiras saíram da condição de miséria

Em 2023, a totalidade dos rendimentos domiciliares per capita foi de R\$398,3 bilhões, a mais alta da série da Pnad. Se comparado com 2019, maior montante até então, houve expansão de 9,1%.

Transferência de renda diminuiu pobreza

As transferências de renda, afirma o IBGE, elevaram os ganhos das frações mais vulneráveis da população, contribuindo para reduzir as assimetrias socioeconômicas. A desigualdade de renda medida pelo Índice de Gini manteve-se no menor nível da série histórica.

“Teve um efeito que contrabalançou isso, dos rendimentos de programas sociais, particularmente o Bolsa Família. Foi um efeito contrário, beneficiando sobretudo os domicílios de menor renda”, conclui Fontes.

O aquecimento econômico traz impactos sociais imediatos: o aumento da renda do povo brasileiro, a melhora na economia e o crescente número de novos postos de trabalho com o governo Lula resultaram no menor índice de nível de pobreza já registrado no Brasil.

Os dados são do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social). Os cálculos foram realizados a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C), divulgados na sexta-feira (19), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Governo Lula propõe aumento de salário

As boas notícias seguem: o governo Lula deu prosseguimento à política de valorização do salário mínimo com o envio ao

Congresso do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, que prevê o valor de R\$ 1.502 - alta nominal de R\$ 90 (6,37%) em relação ao atual, de R\$ 1.412. O ganho real, ou seja, acima da inflação, é de 2,9%.

Conforme a política retomada por Lula no ano passado, o reajuste do salário mínimo passou a incluir o índice de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), não mais apenas a obrigação constitucional de aplicar a inflação do período, como era nos governos anteriores.

Quando foi aplicada nos governos Lula e Dilma (de 2003 a 2016), a política de valorização do salário mínimo serviu como um poderoso instrumento de distribuição de renda, de combate às desigualdades sociais e também de reaquecimento da economia, com o estímulo ao consumo e à produção. Ao longo desse período, o salário mínimo teve um aumento real de 74%.



A POLÊMICA REVISÃO DAS METAS FISCAIS

O principal fator de “risco fiscal” é a taxa de juro. Pergunta insincera: por que será que o mercado e a mídia nunca reclamam dela?

Paulo Nogueira Batista Jr.

O ministro da Fazenda anunciou há pouco a revisão da meta de resultado primário para 2025. Antes, o arcabouço fiscal estabelecia um superávit de 0,5%, com uma margem de tolerância de 0,25 % do PIB para mais ou para menos. Agora, o ponto central da banda foi reduzido para déficit zero, repetindo a meta de 2024 e mantendo a margem de

tolerância. Decidiu-se, também, suavizar as metas para os anos subsequentes.

Como seria de esperar, o mercado e a mídia tradicional reagiram mal. Deram arrancos triunfais de cachorro atropelado, como diria Nelson Rodrigues. Alegam que o risco fiscal aumentou, com consequências negativas para a economia. Há base para preocupações?

Antecipo as conclusões do artigo: a questão é complexa e controversa, mas não parece

que haja motivo para perder o sono, e muito menos para discursos catastrofistas. O máximo que se pode dizer, a meu juízo, é que algumas projeções e expectativas terão, sim, de ser revistas, mas não de forma a justificar alarme. O leigo deve ter consciência de que os problemas levantados pelos economistas de mercado, na verdade por qualquer economista, não têm base em certezas, tecnicamente fundamentadas, mas em conjecturas mais ou menos plausíveis. Informed gues-

ses. Em inglês, fica chique. Em português, menos chique, mas mais realista: chutes informados.

O texto é, por força da complexidade do tema, um pouco mais técnico. Farei, de todo o modo, um esforço para torná-lo acessível, pelo menos na maior parte, para não-economistas. Uma sugestão que eu mesmo sigo quando leio textos mais técnicos de outras áreas: não se desencoraje, leitor ou leitora, se topar com uma passagem que parece difícil de entender. Passe batido e siga em frente. Se não forem muitas as passagens não compreendidas, o essencial do texto poderá ser captado.

As questões econômicas são importantes demais para serem deixadas apenas nas nossas mãos. E sempre me lembro da advertência da grande economista keynesiana, Joan Robinson, para quem uma das principais razões para estudar economia era não se deixar enganar por economistas.

Desequilíbrio externo e inflação?

Mas vamos ao assunto. Quais são as razões macroeconômicas possíveis para se preocupar com a decisão de rever as metas de 2025 e dos anos seguintes? Tentarei passar os principais argumentos em revista. Começo com os que parecem mais fracos.

Um afrouxamento da política fiscal, seja por aumento de gastos não-financeiros, seja por diminuição da carga tributária, gera *ceteris paribus* expansão da demanda. Em outras palavras: tudo o mais constante, maior despesa e/ou menos impostos se traduzem em maior demanda agregada. O gasto governamental é diretamente um dos componentes da demanda; já menores tributos aumentam a renda disponível do setor privado, o

que tende a incentivar os seus gastos de consumo e de investimento. Admitindo-se que haja capacidade produtiva ociosa (algum desemprego das instalações produtivas e da força de trabalho), o aumento da demanda gera crescimento da produção.

O que há de errado nisso? Em princípio, nada. A economia brasileira vem crescendo pouco, apenas 3% ao ano, talvez menos neste ano, e um impulso pelo lado fiscal seria bem-vindo. O que se alega como contra-argumento, tradicionalmente, é que esse impulso provocaria desequilíbrio das contas externas e/ou inflação.

Por quê? Maior crescimento da economia pode gerar aumento da demanda por importações e pode, também, desviar exportações para o mercado interno. Diminuiria, assim, o superávit da balança comercial e aumentaria o déficit do balanço de pagamentos em conta corrente. No que se refere à inflação, o aumento da demanda e o aquecimento do mercado estimulariam maiores aumentos de preços e salários, obstruindo a convergência da inflação às metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Nenhum dos dois efeitos parece motivo para alvoroço. A posição externa da economia brasileira é extraordinariamente forte. O superávit comercial bate recordes e o desequilíbrio em transações correntes é pequeno. As reservas internacionais do país são elevadas, dando segurança à economia pelo lado externo. Pode-se dizer com alguma certeza que o balanço de pagamentos e o nível de reservas não serão abalados pela revisão da meta de resultado primário de 0,5% do PIB para zero em 2025 nem pela revisão discreta das metas anuais posteriores. A revisão não fará nem cócegas no setor exter-

no da economia.

Quanto à inflação, a preocupação é menos descabelada, mas também não chega a ser convincente, no meu entender. O aumento da demanda, argumenta-se, por elevar o grau de utilização da capacidade instalada e reduzir a taxa de desemprego, geraria aquecimento excessivo do mercado, desembocando em inflação adicional. Antes do anúncio do ministro Haddad, as expectativas de inflação já estavam ligeiramente “desancoradas”, isto é, superaram um pouco o centro da meta oficial, fixado em 3%. Uma intensificação do crescimento poderia levar a inflação esperada a distanciar-se mais da meta de inflação que o Banco Central persegue?

A resposta a essa pergunta não é clara e cristalina. Os economistas de mercado e o próprio Banco Central costumam alegar que o “hiato do produto” teria se estreitado muito e que qualquer estreitamento adicional seria perigoso para o controle da inflação. O que é hiato do produto? Trata-se de uma medida agregada da ociosidade na economia, uma variável não-observada diretamente, inferida a partir de estimativas do produto potencial. Esse último é o nível de PIB que poderia ser produzido com plena utilização dos fatores de produção. Se o PIB observado é inferior ao potencial, diz-se que o hiato do produto é negativo (e positivo se o produto observado supera o potencial). Acontece que as estimativas de produto potencial sempre são imprecisas. Portanto, o hiato sempre carrega alguma incerteza e a dispersão das estimativas tende a ser elevada.

Para dirimir esse tipo de dúvida, uma possibilidade é deixar de lado as estimativas de hiato do produto e observar diretamente informações existentes



sobre a utilização dos fatores de produção. Por exemplo: qual é o grau de utilização da capacidade na indústria? Qual é a taxa de desemprego da economia? Essas variáveis diretamente observáveis sugerem que o hiato do produto está mesmo próximo de zero?

Prima facie, os dados disponíveis não confirmam a tese de que a ociosidade é pequena. Segundo a Confederação Nacional da Indústria, o grau de aproveitamento da capacidade instalada está razoavelmente estabilizado abaixo de 80%. E, segundo o IBGE, a taxa de desemprego aberto (pessoas desocupadas que buscavam trabalho na semana de referência da pesquisa) está em queda, mas ainda é considerável, de 7,4% no final de 2023. Além disso, medidas mais amplas de desemprego, também acompanhadas pelo IBGE, indicam que: a) muitos trabalhadores estão subutilizados, isto é, trabalhando menos horas do que desejariam, e b) existe também um estoque substancial de desempregados que voltariam ao mercado se a demanda por trabalho se recuperasse ou que, por convenção, não são incluídos como desocupados nas estatísticas de desemprego aberto

por não terem realizado busca efetiva de trabalho na semana de referência. Estes dois últimos grupos são designados pelo IBGE como “força de trabalho potencial”. Considerando todas essas formas de desemprego, a taxa de subutilização global do trabalho alcançava nada menos que 17,3% no final do ano passado.

Portanto, parece difícil argumentar que a economia brasileira esteja perto da plena utilização da sua capacidade. É pouco significativo o risco de que a política fiscal mais branda possa sobreaquecer a economia e pressionar a inflação - tanto mais que a revisão das metas foi bem cautelosa.

Aumento das taxas de juro de longo prazo?

Mas há pelo menos duas outras linhas de argumentação interligadas, que justificariam a preocupação com o afrouxamento da política fiscal. Uma delas, inconsistente com o argumento anterior, é que a piora do resultado primário esperado resultaria em aumento das taxas de juro de longo prazo. Este aumento provocaria, por sua vez, uma diminuição do crescimento econômico.

Repare, leitor ou leitora, que o argumento agora aponta para um risco oposto - o de que o afrouxamento fiscal possa reduzir o crescimento. A expectativa de um resultado primário menos robusto levaria a um aumento da desconfiança do mercado, que passaria a cobrar juros mais altos para emprestar ao governo a prazos um pouco mais longos. Ora, prossegue o argumento, são as taxas de juro longas que determinam o investimento e o consumo de bens duráveis. Esses componentes da demanda privada, que dependem de crédito, sofreriam impacto negativo dos juros mais altos. O crescimento da economia ficaria prejudicado e também a sua qualidade, se o impacto sobre investimento for expressivo. Uma taxa de investimento que já é baixa cairia ainda mais, comprometendo a possibilidade de sustentar o desenvolvimento da economia no médio e longo prazos. Esse efeito pode ser exacerbado pelo Banco Central, caso ele venha reagir à flexibilização fiscal com aumento dos juros de curto prazo ou com algum sinal de intensificação da restrição monetária nos próximos meses.

Dependendo da dimensão dos efeitos envolvidos, esse ra-

ciocínio tem um aspecto paradoxal: a expansão fiscal (via diminuição do resultado primário ex ante) pode ser contracionista e, da mesma forma, a contração fiscal pode ser expansionista. A expansão contracionista ocorreria sempre que o impacto recessivo via juros (e, diga-se “en passant”, via apreciação cambial) sobrepujasse o impacto expansivo via demanda interna agregada.

Todo paradoxo é intelectualmente instigante. Instigante, mas não necessariamente verdadeiro. É o caso deste. O efeito recessivo é baseado em conjecturas difíceis de respaldar quantitativamente. Qual o impacto da mudança das metas sobre as percepções de risco do mercado e a sua demanda por títulos mais longos? E se houver aumento expressivo dos juros longos, qual o efeito sobre o investimento e o consumo de duráveis? Não há como dimensionar esses efeitos com segurança e de forma inequívoca. Conjecturas são quase sempre inescapáveis em economia, uma ciência inexata por excelência. As hipóteses em questão, porém, dependem de conjecturas especialmente frágeis.

Já o impacto expansivo, sobretudo de um aumento do gasto governamental, é mais direto e se faz sentir mais rapidamente. A maior despesa pública, permitida pelas metas mais moderadas, reflete-se na expansão da demanda e gera aumento da produção – desde que exista alguma capacidade instalada ociosa e trabalhadores desempregados ou subempregados, como é o caso no Brasil agora. Assim, é pouco provável que o efeito recessivo dos juros prevaleça sobre o impacto expansionista do gasto. Esse último é claro e direto; o primeiro é incerto e sujeito a conjecturas. O paradoxo se desfaz na prática. A expansão

fiscal tende a ser expansionista mesmo. E a contração fiscal, contracionista.

Observe-se, de passagem, que a expansão da economia induzida, via demanda agregada, pela política fiscal mais branda tem efeitos positivos que nem sempre são levados na devida conta. Primeiro, ao provocar aumento da utilização da capacidade, ela estimula o investimento do setor privado (poucos investem em grande escala enquanto subsiste capacidade ociosa). Segundo, o aumento da base de incidência dos impostos eleva a arrecadação automaticamente, sem aumento de carga tributária. Terceiro, o maior crescimento melhora o resultado primário também pelo lado das despesas públicas. Isso porque o aumento dos postos de trabalho decorrente da expansão da economia reduz gastos cíclicos como o auxílio a desempregados.

A insustentável leveza da dívida pública

Retomo o fio da meada. O outro argumento também muito popular entre economistas de mercado e na mídia tradicional é o de que menor ambição em termos de resultado primário traz o risco de aumento incontrolável ou insustentável da dívida do setor público.

Esse argumento se baseia em grande parte em identidades contábeis. O crescimento da dívida (inclusive passivos monetários) corresponde ao déficit. Este equivale à soma do resultado primário (receitas menos despesas não-financeiras) com as despesas líquidas de juros (despesas menos receitas financeiras). A despesa com juros, por sua vez, resulta da taxa média de juro multiplicada pelo estoque da dívida. A trajetória da razão dívida pública/PIB, a variável que

resume tudo isso, reflete, portanto, três variáveis principais: o superávit primário como porcentagem do PIB, a taxa de juro e a taxa de crescimento do PIB.

Combinando essas identidades, chega-se ao seguinte resultado, bastante conhecido: a razão dívida/PIB é função inversa da taxa de crescimento econômico e função direta da taxa de juro e do déficit primário. Se a taxa de juro supera a taxa de expansão do PIB, a dívida só se estabiliza em relação ao PIB quando há superávit primário. Quanto maior o diferencial entre taxa de juro e taxa de crescimento da economia, maior o superávit requerido para estabilizar a dívida.

Quando o governo abandona o objetivo de gerar superávit primário em 2025, o mercado refaz as suas contas e chega à conclusão óbvia de que, ceteris paribus, a razão dívida/PIB será maior no final de 2025 do que antes se estimava. Ceteris non paribus, porém. Se a suavização da política fiscal de fato elevar o prêmio de risco e a taxa de juro paga pelo governo, como costuma supor o mercado, o crescimento da dívida será ainda maior.

Podemos concluir, então, que a modificação da política fiscal traz um risco de expansão descontrolada da dívida? Não acredito e explico por quê. Há várias falhas e omissões no argumento que procurei resumir nos parágrafos anteriores. O primeiro é que uma quantificação do efeito de mudar a meta de um superávit de 0,5% do PIB para zero em 2025 e abrandar as metas dos anos subsequentes dificilmente produzirá diferenças expressivas no estoque da dívida. Não houve revisão radical, apenas ajustes modestos. E o possível reforço negativo advindo da alta dos juros médios fica condicionado às incertezas comentadas quando discutimos o falso paradoxo da

expansão fiscal contracionista.

Ressalte-se, além disso, que os economistas de mercado focam indevidamente na dívida bruta. A dívida líquida do setor público, variável mais relevante, em que se deduz os ativos líquidos do governo (o principal sendo a reserva internacional do país), é bem inferior à bruta. A dívida líquida situa-se em torno de 65% do PIB; a bruta em torno de 74%. E mais: a dívida pública no Brasil é interna, emitida domesticamente em moeda nacional. A participação de investidores não-residentes na dívida interna é pequena, da ordem de 10%. E o setor público brasileiro, graças à elevada reserva internacional, tem uma dívida externa líquida negativa. Em síntese, em razão da sua composição e estrutura, a dívida é administrável sem grandes sustos. É verdade que o prazo médio é curto, mas o refinanciamento da dívida ocorre sem dificuldades maiores.

Não se deve perder de vista, por outro lado, que objetivos um pouco mais modestos e mais realistas aumentam a flexibilidade do governo. Abre-se espaço para continuar com a política de gradual aumento do salário mínimo em termos reais, para o fortalecimento das transferências sociais ou para a recuperação do investimento público, que continua deprimido. Mesmo as novas metas, apenas um pouco menos ambiciosas, serão de difícil cumprimento, exigindo considerável disciplina e obstruindo provavelmente políticas públicas que o governo considera prioritárias.

As metas mais moderadas abrem, também, bem sei, espaço adicional para as emendas parlamentares, que em geral pioram a qualidade do gasto público. Mas, enfim, *c'est la vie*, são agruras de uma situação em que o Congresso ficou mais poderoso e decide com base em critérios muito es-

treitos, tipicamente paroquiais, sobretudo em ano de eleições municipais.

Permanece, de qualquer forma, o fato de que, a não ser em circunstâncias excepcionais que não estão no horizonte, a dívida pública brasileira pode ser rolada com relativa facilidade. A moderação dos objetivos fiscais não modifica esse quadro. Passado o nervosismo inicial (o mercado esperava aparentemente uma redução menor das metas), a poeira baixará. As projeções de resultado primário serão, sim, revistas um pouco para cima, com o argumento de que a suavização das metas indica menos comprometimento do governo com "a responsabilidade fiscal". Em quanto aumentará as medianas das projeções para os próximos anos? Logo saberemos. Mas acredite, leitor ou leitora, serão novos informed guesses. Não vale a pena se impressionar muito com os chutes, ruídos e grunhidos do mercado e da mídia.

O Ministério da Fazenda não pode, é claro, ignorar olímpicamente as reações da mídia e do mercado. Normal que o ministro e sua equipe estejam monitorando com certa aflição os efeitos das novas metas. Em parte, o problema é auto infligido. Não existiria, pelo menos não na mesma medida, se o arcabouço fiscal estabelecido em 2023 tivesse sido mais flexível e realista, como sugeriram na época diversos economistas heterodoxos ou menos ortodoxos, inclusive este que vos escreve. (Desculpe, leitor ou leitora: não resisti a um pequeno I told you so!)

Homenagem do vício à virtude

Para terminar, um comentário sobre as hipocrisias do mercado e da mídia. Sabemos que, como dizia La Rochefoucauld, a hipo-

crisia é a homenagem do vício à virtude. Mas não vamos exagerar, por favor.

A preocupação é realmente com o "risco fiscal"? Duvidoso que seja. Esse risco depende, como vimos, do tamanho do déficit e da trajetória da dívida pública. Ocorre que o déficit relevante para aferir o aumento da dívida não é o primário, mas o déficit total, que inclui também os juros da dívida. E, como indicado anteriormente, o déficit total é, por definição, a soma do déficit primário com os juros.

Ora, o que essas identidades mostram? Entre outras coisas, que mesmo quando há superávit primário ou déficit pequeno, a dívida pode crescer rapidamente se a despesa financeira for pesada. É exatamente o que se vê no Brasil em consequência da elevada taxa de juro praticada pelo Banco Central. A responsabilidade monetária desemboca em irresponsabilidade fiscal - paradoxo, este sim, válido. Para 2024, as previsões do mercado, coletadas pelo Banco Central (antes da revisão das metas), situam a despesa líquida de juros em torno de 6,1% do PIB; o déficit primário, em algo como 0,7% do PIB apenas. Ou seja, os gastos com juros pesam quase nove vezes mais do que o déficit primário!

O principal fator de "risco fiscal" é a taxa de juro. Pergunta insincera: por que será que o mercado e a mídia nunca reclamam dela?

Paulo Nogueira Batista Jr. é economista. Foi vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS em Xangai, de 2015 a 2017, e diretor executivo no FMI pelo Brasil e mais dez países em Washington, de 2007 a 2015. Lançou no final de 2019, pela editora LeYa, o livro *O Brasil não cabe no quintal de ninguém: bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata*. A segunda edição, atualizada e ampliada, foi publicada em 2021.



O Ministério da Saúde reforça que a orientação tem caráter excepcional para otimizar a aplicação do imunizante

DIANTE DE BAIXA ADESÃO, SAÚDE AMPLIA ACESSO A VACINA CONTRA DENGUE PARA EVITAR PERDAS

Inicialmente, crianças e adolescentes de 6 a 16 anos poderão ser imunizadas, mas público pode ser ampliado dos 4 aos 59 anos. Governo também faz parceria com a empresa Google para facilitar acesso a informações sobre locais de vacinação

O Ministério da Saúde adotou uma estratégia temporária para aplicação das vacinas da dengue que estão próximas do vencimento: os municípios que ainda tiverem um alto número de doses a vencer em 30 de abril

poderão ampliar a vacinação para a faixa etária de 6 a 16 anos.

Se, mesmo assim, a adesão à campanha de vacinação seguir baixa, as doses próximas ao vencimento ainda poderão ser ampliadas ao público especificado na bula da vacina da dengue (atenuada), que vai dos 4 aos 59 anos.

Aqueles que forem contemplados pelo plano de ação terão a segunda dose garantida. "Precisamos lembrar que essa estratégia é apenas para as vacinas que possuem prazo de validade em 30 de abril. Ou seja, as cidades que não tiverem mais doses desse lote permanecem com o

público recomendado anteriormente, de 10 a 14 anos”, pontua Eder Gatti, diretor do Departamento do Programa Nacional de Imunizações (DPNI) do Ministério da Saúde.

A pasta reforça que a orientação tem caráter excepcional para otimizar a aplicação do imunizante e que, anteriormente, já havia orientado os estados que as doses próximas ao vencimento fossem redistribuídas internamente para outros municípios.

MAIS VACINAS

A terceira remessa da vacina da dengue contemplou 686 municípios do país. Ao todo, 930 mil doses foram distribuídas, incluindo as reposições às regiões que

fizeram o remanejamento. Dessa forma, as cidades inicialmente contempladas puderam continuar a estratégia de vacinação junto às novas beneficiadas.

O ministério já adquiriu todo o estoque disponível de vacinas contra a dengue para 2024 e 2025. Até o final deste ano, o Brasil receberá 5,2 milhões de doses, além da doação de 1,3 milhão de doses; isso permitirá a vacinação de 3,2 milhões de pessoas com as duas doses que completam o esquema vacinal.

As vacinas são um importante instrumento para conter o avanço da dengue no Brasil. No entanto, diante da pouca oferta de doses por parte da fabricante, o foco segue na eliminação dos criadouros do mosquito.

INVESTIMENTO

Até o momento, o Ministério da Saúde liberou mais de R\$93 milhões por meio de portarias para estados e municípios que decretarem emergência, seja por dengue ou outras emergências sanitárias. Os repasses ocorrem mensalmente. Os recursos são parte dos R\$1,5 bilhão reservados para esse fim.

Também foram destinados mais de R\$300 milhões para o incremento financeiro federal do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde (SUS). A recomposição do orçamento se dará por meio de aumento retroativo e contempla medicamentos que tratam sintomas da dengue.

PARCERIA COM GOOGLE

Ainda nesta quinta-feira (18), o Ministério da Saúde e o Google anunciaram uma parceria para aprimorar o acesso às informações oficiais sobre as Unidades Básicas de Saúde (UBS), incluindo localização, contato, horário de funcionamento e o calendário de vacinação.

"Vai ficar mais fácil encontrar os postos de vacinação e as datas do calendário de imunização! Firmamos parceria com o Google Brasil para que informações essenciais sobre vacinação e os mais de 40 mil postos e UBSs do país apareçam rapidamente na Busca e no Google Maps. Pesquisando 'vacinação perto de mim' no celular ou computador, já vai dar pra encontrar a localização, o contato e o horário de funciona-

mento oficiais desses postos de vacinação e unidades de saúde, além de um link para o Calendário Nacional de Vacinação", explicou a ministra Nísia Trindade.

O trabalho prevê uma atualização de dados relacionados a mais de 40 mil postos de saúde nos resultados da Busca e do Google Maps, com base em detalhes fornecidos pelo Ministério da Saúde, para oferecer uma experiência mais eficiente aos usuários. Além disso, agora também será exibida uma mensagem com link direto para o Calendário Nacional de Vacinação nos resultados de buscas como "postos de saúde próximos a mim".

Na prática, ao procurar postos de vacinação, utilizando, por exemplo, "vacinação perto de mim", os usuários encontrarão dados de endereço, telefone e

expediente atualizados e o link do Calendário Nacional de Vacinação para acompanhar as datas de imunização. A primeira fase da iniciativa foi lançada no ano passado, durante o Google for Brasil, quando a empresa anunciou que passaria a mostrar informações atualizadas das UBS em suas plataformas.

Segundo o Google Trends, ferramenta que exibe os termos mais populares procurados no buscador, o Brasil é o terceiro país mais ativo em buscas relacionadas à saúde e o sétimo em interesse por vacinação globalmente, desde 2004. Nos últimos 12 meses, o país manteve sua posição entre os oito primeiros no ranking mundial.

Com informações do Planalto e do Ministério da Saúde



EVENTO INDÍGENA PROTESTA CONTRA MARCO TEMPORAL

Em sua vigésima edição, o Acampamento Terra Livre, que teve início nesta segunda-feira (22) e segue até sexta-feira (26) em Brasília, quer reunir um público maior do que os seis mil participantes da última edição, segundo a organização.

A expectativa é alta porque a lista das pautas a serem resolvidas é urgente e com diversos pontos, que incluem questões de saúde indígena, além dos altos índices de suicídios e assassinatos de lideranças. Como ponto central, que conecta todas as reivindicações, está o direito à terra. A demarcação das Terras Indígenas é fundamental para garantir a proteção dos povos e de seus territórios, e para conter o desmatamento e as mudanças climáticas.

Com o lema “nosso marco é ancestral, sempre estivemos aqui”, a programação prevê debates, apresentações de relatórios e atividades políticas no Congresso.

No ano passado, o Congresso aprovou o projeto do Marco Temporal, que estabelece que os indígenas só têm direito às terras que ocupavam no momento da promulgação da Constituição, em novembro de 1988. A votação ocorreu em reação ao julgamento que corria no Supremo Tribunal Federal com parecer contrário à tese. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a vetar boa parte do projeto, mas o veto foi derrubado pelos parlamentares.

Na semana passada, a Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu a declaração de inconstitucionalidade de diversos pontos da lei e solicitou que o

STF suspenda provisoriamente os trechos, até que ocorra um julgamento definitivo.

Na última quinta-feira (18), Lula assinou decretos de homologação de duas terras indígenas: Aldeia Velha, na Bahia, e Cacique Fontoura, no Mato Grosso. O presidente já havia assinado decretos de homologação de oito territórios em 2023: Arara do Rio Amônia (AC), Kari-ri-Xocó (AL), Rio dos Índios (RS), Tremembé da Barra do Mundaú (CE), Uneiuxi (AM), Avá Canoeiro (GO), Acapuri de Cima (AM) e Rio Gregório (AC). Em cerimônia de reabertura do Conselho Nacional de Política Indigenista no Ministério da Justiça, colegiado extinto no governo Bolsonaro, Lula afirmou que outras quatro terras seriam demarcadas na ocasião, mas houve pendências burocráticas.

MORAES QUER RESPOSTA DE X SOBRE DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL

Em um despacho do ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, no sábado (20), foi determinado que a plataforma comandada por Elon Musk, X (antigo Twitter), se manifeste sobre os descumprimentos de decisão judicial que lhe foram atribuídos pela Polícia Federal. A empresa tem cinco dias para responder ao pedido.

Segundo relatório da Polícia Federal anexado ao inquérito, que tem o bilionário como alvo, o X autorizou transmissão de conteúdo ao vivo de perfis investigados e bloqueados por determinação da Justiça.

Em um evento no Rio de Janeiro nesta sexta-feira, Moraes afirmou que a Justiça Eleitoral está acostumada a combater “mercantilistas estrangeiros que tratam o Brasil como colônia”.

O caso ganhou ainda mais projeção quando congressistas americanos entraram no assunto. Intitulado “O ataque à liberdade de expressão no exterior e o silêncio da administração Biden: o caso do Brasil”, o relatório produzido por um aliado de Donald Trump, o republicano Jim Jordan, foi apresentado à Câmara dos Estados Unidos na última quarta-feira (17).

A tal “denúncia” foi apresentada após a plataforma X (ex-Twitter) enviar à comissão um compilado de pedidos feitos pela Suprema Corte e pelo TSE (Tribu-



Marcelo Camargo/Agência Brasil

nal Superior Eleitoral) para que a rede social derrubasse perfis e conteúdos no país.

“É como se tivessem divulgado o mandado de prisão (e não a decisão que fundamentou a prisão) ou, então, o ofício para cumprimento do bloqueio de uma conta (e não a decisão que fundamentou tal bloqueio)”, explicou o STF por meio de nota via assessoria de comunicação.

Em 7 de abril, o ministro determinou a inclusão do empresário como investigado no Inquérito das Milícias Digitais, após provocações de Musk que insinuaram que Moraes promovia a censura no Brasil, o que ocasionou um novo capítulo na troca de farpas entre o bilionário e o representante da alta corte brasileira.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), atualmente presidido pelo ministro Alexandre de Moraes, vai escolher o novo chefe da corte no dia 7 de maio. A atual vice-presidente, ministra Cármen Lúcia, deve assumir o posto e comandar o processo eleitoral de outubro deste ano, com os pleitos municipais.

A saída do ministro Alexandre de Moraes do TSE em 3 de junho e a entrada de André Mendonça em seu lugar deve trazer, de acordo com especialistas, possíveis mudanças no cenário político, impactando diretamente em alterações nos placares de votações perante algumas questões que estão na pauta do tribunal, já que Mendonça é aliado ao bolsonarismo.



Ricardo Stuckert

ACENOS - Em 2023, presidente Lula foi recebido a portas fechadas pelo Papa Francisco, no Vaticano, que divulgou nota "ênfatizando a boa colaboração entre a Igreja e o Estado para a promoção dos valores morais e do bem comum"

CURSO VAI ABORDAR **FÉ,** **POLÍTICA E DEMOCRACIA**

Em meio a um contexto de avanço do conservadorismo religioso, a expectativa é fortalecer o diálogo entre a esquerda e os católicos

Claudia Rocha

A pesar da laicidade do Estado, a religião segue como norte importante para os brasileiros, em especial na relação com a política. Para 59% dos eleitores, por exemplo, a fé professada pelo candidato à presidência da República é considerada relevante, de acordo com pesquisa DataFolha, divulgada no último pleito.

Com inscrições abertas a partir de sexta-feira (19), o curso "Fé, política e democracia", promovido pela Fundação Perseu Abra-

mo, pretende debater o assunto a partir de um viés histórico e informativo sobre o papel do catolicismo na transformação social, na luta por direitos e na consolidação da esquerda no Brasil.

Em um momento de forte atuação da extrema-direita no trabalho de base, que tem o neopentecostalismo como principal braço de atuação, o foco é a reorganização para atuação na pauta política. "Não podemos negar que a pauta moral está colocada, mas também não podemos cair numa certa casca de banana de ficarmos presos a isso", explica Eliane Martins, da equipe pedagógica da Escola Nacional de

Formação do PT e da FPA.

Para a pesquisadora, é necessário uma organização da narrativa em um processo pedagógico que não bloqueie o debate. "A expectativa é que o curso traga elementos para modular a conversa", comenta.

Ela lembra que a desmontagem orquestrada das bases da teologia da libertação tem relação com a criminalização de ações coletivas, como as que são produzidas dentro dos partidos políticos e dos movimentos populares. "Igreja e partido sofreram grandes transformações, esses dois grupos compartilham o dilema sobre como retomar o

CURSO

FÉ, POLÍTICA E DEMOCRACIA



FAÇA SUA INSCRIÇÃO



fpabramo.org.br

Reprodução

trabalho de base hoje a partir de valores que temos em comum, como a solidariedade e o trabalho comunitário”, pontua Eliane.

Mesmo com o avanço dos evangélicos, o número de católicos no país permanece expressivo, com 49% dos que responderam ao levantamento do DataFolha de 2022. Além disso, é sabido que um dos pilares de formação do Partido dos Trabalhadores na década de 80 é representado por setores do catolicismo, além dos movimentos sindicais e de intelectuais.

Dessa forma, a organização do curso tem como público-alvo militantes que tenham origem na organização eclesial e que atuem nas redes ligadas ao tema, assim como a militância em geral que tenha interesse no assunto e queira construir o diálogo em diferentes frentes e entidades.

“Nossa expectativa é encontrar um espaço, mais do que somente um lugar de conteúdo, o que já é muito importante, mas também que possamos ter esse lugar de articulação”, projeta,

que lembra que o campo petista está articulado no tema, destacando um recente encontro com mais de 1.200 pessoas em Minas Gerais no começo do mês.

Sobre o curso

As aulas serão online às quartas-feiras, entre os dias 15 de maio e 19 de junho, no período da noite, das 19h às 21h. Dentre os professores, nomes como: José Artur Tavares de Brito, Léa Freitas Perez, Gilberto Carvalho, Pedro Ribeiro de Oliveira, Dari Krein, Jorge Alexandre Barbosa Neves, Marilene Alves de Souza, Mauricio Abdala, Pe. Paulo Adolfo, Sônia Gomes Oliveira, Marcio Romero, entre outros.

Os temas abordados estão organizados nos eixos:

- 1) Introdução sobre o papel da religiosidade popular na formação social do povo brasileiro;
- 2) A história da fundação do PT em sua relação com a Igreja Católica;
- 3) O contexto das transformações da relação progressista

entre religião e política no Brasil (e América Latina) do Concílio Vaticano II até o início dos anos de 1990 para a atual relação conservadora; 4) As transformações do mundo do trabalho compondo o agravamento da questão social e seus problemas acolhidos pela prática religiosa e conservadora, que desloca as causas dos problemas sociais para uma politização da pauta moral; 5) O papel e a potencialidade das agendas de ações sócio-transformadoras e da ecologia integral em articulação com a agenda do povo no orçamento e os ricos nos impostos, com um conjunto de políticas públicas e educação popular do governo Lula; 6) Os papéis da militância petista católica na atual conjuntura política;

A aula inaugural será no dia 13 de maio (segunda-feira) com a participação da Secretária Nacional de Planejamento e Finanças do PT, Gleide Andrade, a deputada federal Maria do Rosário e o presidente da Fundação Perseu Abramo, Paulo Okamoto.

“NOSSO COMPROMISSO É OCUPAR 50% DOS NOSSOS CARGOS DE PRIMEIRO ESCALÃO COM MULHERES”

Fábio Novo avança nas pesquisas de intenção de voto em Teresina, Piauí, uma das principais apostas do Partido dos Trabalhadores, que pode garantir ao partido a governar capital e o estado simultaneamente

Fernanda Otero

Com carreira destacada na política e no jornalismo, filho de espanhóis emigrados para o Brasil na década de 1960, Fábio Nuñez Novo, 49, entrou para a política a contragosto do pai, elegendo-se vereador ainda jovem, aos 19 anos. “Meu pai sempre dizia que não queria nenhum filho político, porque ele achava que política era coisa de gente ruim”, lembra ele.

Filiado ao PT desde 2003, é deputado estadual no Piauí e está na vice-liderança nas pesquisas de intenção de voto para a prefeitura de Teresina, capital

do estado. O deputado conversou com a Focus entre um gole e outro de café com beiju - o nome dado à tapioca em Teresina para falar sobre o pleito e a aposta na tecnologia na construção do plano de governo. Animado para a disputa, ressaltou que sua trajetória na política foi construída com muita determinação. “Política é a arte de servir e através dela você pode melhorar a vida das pessoas”, destacou.

Como a maioria dos filhos do interior, foi estudar na capital, em um tempo em que as cidades pequenas não ofereciam oportunidades de qualificação, nem mesmo ensino médio. Quando

voltava para casa durante as férias escolares na pequena Bom Jesus, sua terra natal, reunia-se com outros jovens da comunidade. Desses encontros surgiu um movimento cultural e esportivo que ganhou expressão, ocupando outros bairros do município, e Fábio Novo despontou como uma jovem liderança.

Eleito deputado estadual em três eleições consecutivas, de 2010 a 2018, foi Secretário de Cultura na gestão de Wellington Dias duas vezes. Em 2020, chegou ao segundo turno como candidato a prefeito de Teresina pelo PT.

Abaixo, os principais trechos



Reprodução

da entrevista:

- O que mais te motivou a se apresentar como candidato, deputado?

-Foram quatro nomes muito fortes, quatro deputados disputando a indicação do partido para serem candidatos a prefeito. Entre eles estava o presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, deputado estadual assim como eu, mas também havia o deputado federal, Merlong Solano. Além disso, contávamos com um deputado que é médico, representando uma novidade aqui no PT. Enfim, todos eram muito fortes. Contudo, acredito que o que realmente fez a diferença foi minha determinação de ir ao encontro das comunidades, de mostrar verdadeiramente o que eu desejava. Estou muito empenhado em ser o prefeito da cidade porque, penso eu, neste momento, a cidade possui uma oportunidade única que não teve em muitos anos, com Lula assumindo a presidência e Rafael Fonteles governador. Nunca tivemos simultaneamente um prefeito da capital alinhado com

o governo do estado e com o governo federal. Teresina é a única capital que não aderiu ao

TERESINA É A ÚNICA CAPITAL QUE NÃO ADERIU AO PROGRAMA MAIS MÉDICOS. AGORA, NESTE EXATO MOMENTO, TERESINA TAMBÉM NÃO ADERIU AO SAÚDE DIGITAL

programa Mais Médicos. Agora, neste exato momento, Teresina também não aderiu ao Saúde

Digital, que é um caso de sucesso implantado pelo governador aqui, que zerou a fila de consultas e exames na cidade de Piri-piri, que fica a 170 quilômetros daqui. Agora, esse caso de sucesso começa a ser espalhado para outras cidades e Teresina, por causa dessa diferença política, a gestão atual não teve a maturidade suficiente para entender que a cidade deve estar acima dos partidos e das ideologias. Vou lhe dar alguns exemplos bastante concretos. Bolsonaro era o presidente e o principal ministro de seu governo, Ciro Nogueira, era do Piauí. Em Teresina, tínhamos quatro projetos que esse grupo político poderia ter executado. Estava aqui o viaduto do mercado do peixe, projeto que eles não conseguiram concluir. Tínhamos a duplicação da BR que liga Teresina a Demerval Lobão, obra que também não foi finalizada. Contávamos ainda com uma obra de responsabilidade do governo do estado, que era a nova maternidade Dona Evangelina Rosa, um empreendimento de R\$200 milhões. Devido à falta de parte dos recursos do go-

verno federal, essa obra não foi concluída. A partir do momento em que Lula assume o governo e Rafael assume o governo do estado, unimos forças para concluir essas obras na capital. Assim, no primeiro ano de Lula e Rafael, a duplicação da BR foi concluída. No primeiro ano do governo de Lula e Rafael, a nova maternidade também foi concluída. Passamos a ter em Teresina a melhor maternidade pública do Brasil: 300 leitos, equipamentos de ponta, o melhor que há. Ultrassonografia 3D, na qual você pode ver o rosto do bebê, e tudo pelo SUS, gratuito para a população. E agora, está sendo concluída outra obra grandiosa. Esta sintonia política entre o governo federal e o governo do estado está finalizando aqui o rebaixamento da Avenida João XXIII, uma grande obra na altura da ladeira do Uruguai. Portanto, observe: um ano de Lula e um ano de Rafael trouxeram isso para Teresina. Em quatro anos de Bolsonaro, com o principal ministro do governo sendo do Piauí, não conseguiram realizar nada. Então, quem ganha com isso? Ganha a cidade, ganha a população. E claro, se esse projeto também estiver alinhado no nível municipal, teremos capacidade para fazer muito mais por Teresina.

- A sua pré-campanha apresentou uma versão preliminar do plano de governo. Como foi o processo de elaboração e quais os pontos que gostaria de destacar?

- Bom, primeiramente, estamos realizando uma ação inovadora. Em vez de simplesmente reunir os técnicos e posar para uma foto à mesa, fizemos o contrário. Abrimos uma plataforma, no endereço virtual novoplano-teresina.com.br, onde qualquer pessoa pode enviar uma contribuição para o plano de governo.

Pode ser uma mensagem de texto, um áudio ou um vídeo. Recebemos quase 7 mil contribuições das pessoas. Então, neste exato momento, estamos organizando essas contribuições por temas e áreas e convocando técnicos para compilar o que as pessoas enviaram. Nesta semana, começamos a detalhar quatro questões. Atualmente, o principal problema de Teresina é a saúde. Hoje, temos na cidade quase 100 mil teresinenses aguardando na

EM QUATRO ANOS DE BOLSONARO, COM O PRINCIPAL MINISTRO DO GOVERNO SENDO DO PIAUÍ, NÃO CONSEGUIRAM REALIZAR NADA

fila por uma consulta e, conseqüentemente, por um exame. Temos um case de sucesso, que resolveu, em dez especialidades médicas, zerar as filas de consultas e exames. Teresina possui atualmente 93 unidades básicas de saúde, dez hospitais e três UPAs.

Qual é a ideia? Interligar todo esse sistema de saúde: município, estado e governo fede-

ral. Porque, com esse case que aconteceu em Piri-piri, eu consigo oferecer mais eficiência na prestação de serviços de saúde. Eu consigo realizar consultas também com a ajuda da telessaúde. Eu consigo realizar consultas presenciais. Eu consigo estabelecer uma central de exames, que vai disponibilizar exames de imagem e laboratoriais. E, com isso, zerar ou diminuir essa fila que é muito grande. Então, em seis meses de funcionamento em Piri-piri, a fila para consultas de especialidades foi zerada, assim como a fila para exames laboratoriais e de imagens. Então, baseando-nos nas propostas das pessoas, queremos trazer esse case de sucesso para a capital. Como? Por exemplo, instalando quatro centrais de exames em cada zona da cidade. É assim que pensamos. Capacitar o agente comunitário de saúde, para que ele tenha um computador de mão, um tablet, uma unidade básica de saúde com internet de alta velocidade e sistemas de saúde interligados: município, estado e governo federal. Com isso, você vai conseguir, num determinado espaço de tempo, mapear e obter um diagnóstico da saúde do município. Hoje, Piri-piri tem um diagnóstico. Ele sabe, com esse sistema que foi implantado, quantas pessoas têm diabetes, quantas têm pressão alta. E, a partir daí, você poderá focar sua política pública de saúde com base nesses indicadores. O outro ponto é trabalhar para que, ao longo do mandato, e até o final dele, tenhamos tarifa zero no transporte. Com o início no primeiro ano, implementamos o passe livre estudantil para todos os estudantes da rede estadual e municipal. Ter um governo aliado é uma vantagem, pois permite somar esforços. Uma parte do financiamento do passe livre estudantil aos alunos do Esta-

do, virá de um compromisso do governador de nos apoiar nessa medida, através de uma lei que aprovamos na Assembleia Legislativa. Além disso, vamos zerar o ICMS para o óleo diesel por meio de uma lei estadual, tornando o sistema gradualmente mais barato. Aos poucos, substituiremos a frota atual por uma frota elétrica. Portanto, no planejamento que estamos fazendo, hoje temos uma tarifa cheia de R\$4,00 e uma tarifa subsidiada de R\$1,35 para o estudante. Nossa meta é zerar a tarifa já no primeiro ano para os estudantes das redes municipal e estadual e, substituindo a frota, monitorar os veículos e integrar tecnologia para que possamos saber precisamente qual o horário que o ônibus vai passar. Assim, como hoje temos uma cidade congestionada, a tarifa zero ajudará também a reduzir o trânsito e os engarrafamentos, com menos carros circulando e menos poluição. O planejamento inclui a mudança de frota para que, a médio prazo, seja totalmente elétrica, descarbonizando a cidade. Essa é a proposta na área do transporte. Quanto ao orçamento participativo, Teresina tem um orçamento popular que não funciona efetivamente, pois as comunidades escolhem o que querem, mas a prefeitura não consegue executar. Aqui no estado, retomamos a experiência de orçamento participativo, uma ação que recentemente ganhou um prêmio nacional por ser considerada a melhor experiência de orçamento participativo e por ser extremamente moderna. Essa experiência utiliza um aplicativo onde, inicialmente, o governador decidiu que teríamos orçamento participativo nas duas maiores cidades. Foram destinados R\$40 milhões no ano passado para a capital, Teresina, e R\$10 milhões para Parnaíba, nossa segunda maior cidade. O

orçamento participativo que foi lançado permite que cada associação de moradores indique três propostas. Em seguida, estas voltam para a comunidade, e por meio do uso de um aplicativo, as pessoas do bairro votam nessas três propostas. A proposta que receber mais votos é a que ganha e, obviamente, é a que será executada. No ano passado, tivemos 80 propostas aprovadas, sendo 67 para Teresina e 21 para Parnaíba. Essas propostas foram apro-

O PRINCIPAL PROBLEMA DE TERESINA É A SAÚDE. HOJE, TEMOS NA CIDADE QUASE 100 MIL TERESINENSES AGUARDANDO NA FILA POR UMA CONSULTA

vadas no ano passado, e ainda no mesmo ano se transformaram em orçamento; nós aprovamos na Assembleia Legislativa a lista de propostas aprovadas, e este ano, estando em abril, já conseguimos executar 61% dessas 88 propostas aprovadas em Teresina e Parnaíba. Portanto, é um sucesso, o orçamento participativo do governo do estado. Ganhou um prêmio nacional do Collab no

ano passado, quando 52 mil pessoas votaram para escolher proposições em Teresina e Parnaíba, e tivemos aproximadamente 250 associações participando desse processo, incluindo conselhos comunitários e associações de moradores. Este ano, a iniciativa foi reaberta para Teresina e Parnaíba e ampliada para mais três cidades: Piri-piri, Picos e Floriano. E veja, ao invés de 200 associações, mais de 500 participaram agora, apresentando um triplo de propostas em relação ao ano anterior. Assim, essa experiência de orçamento participativo é o que vamos também levar para o município de Teresina.

- Em março, o Ministério Público chegou a apresentar uma minuta de um Termo de Ajustamento de Conduta, TAC, à Fundação Municipal de Saúde de Teresina. O senhor está acompanhado este processo?

- Então, na verdade, hoje enfrentamos um caos no sistema de saúde de Teresina. Nas unidades básicas de saúde, falta papel para imprimir as receitas prescritas pelos médicos. Está faltando medicamento para pressão alta, medicamento para diabetes. No principal hospital de urgência de Teresina, que deve ser o mesmo a que você se refere com essa questão do TAC, falta o insumo básico, estão faltando luvas, está faltando o essencial. As cirurgias estão suspensas porque não há insumos básicos para realizar os procedimentos cirúrgicos. Então, o sistema aqui está totalmente desorganizado. Para você ter uma ideia, não ocorrem licitações, tudo é tratado como emergencial na saúde de Teresina, nesta gestão, só para você ter uma noção, com o prefeito que busca a reeleição, tem 3% de intenção de votos e 89% de rejeição. É uma situação inédita aqui em Teresina, isso nunca aconteceu antes.

Portanto, será necessário que o próximo prefeito dê um choque de gestão, decretando estado de emergência na saúde para poder lidar e resolver esse problema que, hoje, está bastante complicado. Nas unidades básicas de saúde, nas UPAs, nos hospitais, vivemos uma situação de calamidade.

- Uma pesquisa recente revelou que a maior preocupação dos residentes de Teresina é com relação à segurança. Quais propostas para a área?

- Olha, a segurança, em janeiro do ano passado, quando Rafael tomou posse, era o principal problema, apontado por 53% da população. Toda a política que foi implantada ao longo de um ano e três meses tem surtido grandes efeitos. Assim, esse índice caiu de 53% para 28%. Ainda é alto. Houve um forte investimento no primeiro ano do governo de Rafael. Só para você ter uma ideia, nunca na história do Piauí, em um ano, se contratou dois mil homens e mulheres para as forças de segurança como no primeiro ano deste governo. Houve um forte investimento em tecnologia, inteligência, aquisição de viaturas. Enfim, o Piauí agora é um caso de sucesso que acabou de ser destacado no Fantástico por 12 minutos, com a devolução de celulares e motos roubados. O governador foi chamado recentemente pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, para adotar o protocolo de recuperação de celulares para o restante do Brasil. Isso ocorreu há poucas semanas. Agora, o que o município pode fazer? Infelizmente, aqui o município não dialoga com o Estado, com as forças de segurança do Estado. Temos uma guarda municipal com 300 homens e mulheres, e um centro de comando que pode monitorar a cidade inteira com câme-

ras, um investimento de quase 40 milhões. Esse centro de comando está fechado, não funciona. A Secretaria de Segurança já tentou fazer parceria com o município para, inclusive, usar esse centro de comando para monitorar melhor a cidade. A prefeitura não aceitou essa parceria. Então, a minha ideia é que façamos essa parceria. Centro de comando, guarda municipal, que juntamente com as forças de

**O PIAUÍ AGORA
É UM CASO DE
SUCESSO QUE
ACABOU DE SER
DESTACADO NO
FANTÁSTICO POR
12 MINUTOS, COM
A DEVOLUÇÃO
DE CELULARES E
MOTOS ROUBADOS**

segurança do Estado, poderão fazer mais operações, mais blitz juntos e, além disso, um investimento em equipamentos sociais, porque estamos falando da parte repressora. Portanto, vai ser necessário investir em centros de convivência, centros culturais, investimentos em esporte e um forte investimento para que também tenhamos escolas de tempo integral. Quanto mais tempo nossas crianças estiverem na es-

cola, frequentando ambos os turnos, menos tempo terão para a ociosidade, para o envolvimento com drogas e, obviamente, para a violência. Se formos uma geração melhor, será melhor ainda. Portanto, no nosso plano de governo, a parceria entre a guarda municipal e as forças de segurança do Estado, o centro de comando que estará sintonizado com as forças de segurança do Estado, mais centros de convivência, mais centros culturais, esportivos e escolas de tempo integral é essencial.

- Deputado, Teresina foi uma das capitais escolhidas pelo governo federal para poder receber uma casa da mulher brasileira, uma demonstração do compromisso deste governo com o Estado. De que forma as mulheres estão inseridas em seu programa de governo?

- No nosso programa de governo, consta algo que já havíamos colocado desde a campanha de 2020. Assumi um compromisso público de que metade do secretariado, nos cargos de primeiro escalão, será composta por mulheres. Isso deve ser implementado, primeiramente, porque 54% da população daqui é do sexo feminino. Isso está muito claro na minha mente, assim como em postos-chave. Pretendemos escolher bons quadros e temos excelentes profissionais que podem ser aproveitadas. É isso que desejamos. Não queremos que a Casa da Mulher Brasileira seja apenas um local para atender mulheres que foram vítimas de violência. Acredito que devemos caminhar no sentido de empoderar mais as mulheres, de dar oportunidades para que elas efetivamente possam ocupar espaços de poder, para que possam se destacar. Vamos honrar esse nosso compromisso público.

PERFIL: DIAS JÚNIOR RETRATA TRABALHADORES COM OLHAR ÚNICO

A partir desta edição, a seção de Arte da revista **Reconexão Periferias** passa a ser publicada também na revista Focus. A seção traz mensalmente o perfil de um artista periférico brasileiro e apresenta uma seleção de suas obras. O personagem de hoje é o artista visual amazonense Dias Júnior. Seu trabalho é desenvolvido a partir de óleos e grafites sobre telas e papeis

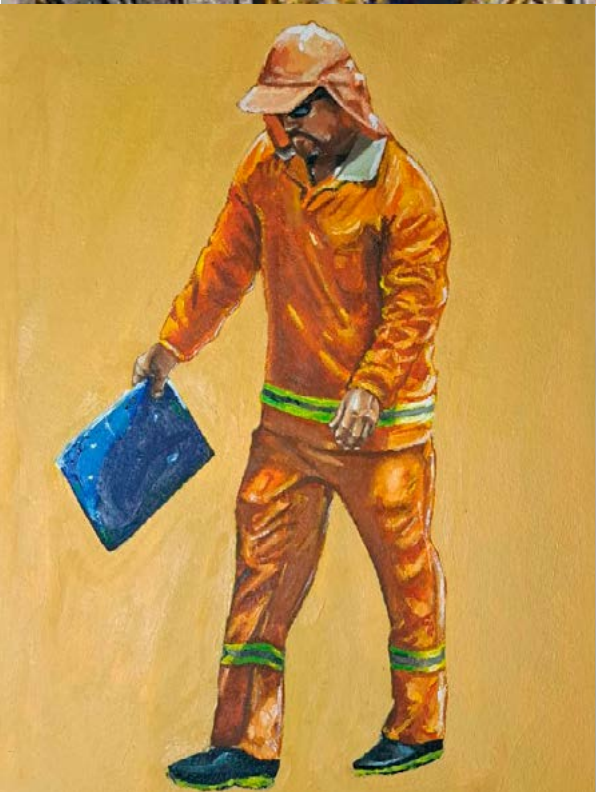
Dias Júnior é uma artista visual que nasceu na Amazônia, em 1997, na cidade de Abaetetuba (PA). Atualmente, estuda e trabalha em Belém e é discente do curso de bacharelado em Artes Visuais pela Universidade Federal do Pará. Atuou como bolsista e estagiário no ateliê de Éder Oliveira e, em 2023, obteve a primeira

colocação no Prêmio Novos Contemporâneos, além de participar da feira do SP Artes Rotas Brasileiras, junto ao Arte Pará, entre outras participações no mundo das artes.

Seus métodos e poética se desenvolveram em 2021, quando utilizou óleos e grafites sobre telas e papeis, além de iconografias e letras. Suas pesquisas são baseadas em uma visão muito

pessoal de um rapaz negro, que saiu de uma cidade do interior para morar na periferia de Belém e estudar artes em uma das grandes capitais da Amazônia. Geralmente, em suas obras são retratados trabalhadores, jovens negros e a denúncia da violência policial. Sua arte evidencia o povo amazônico, pessoas que estão à margem da sociedade e suas singularidades.







MÃOS DADAS Para Gleisi, relações com a China são fundamentais para o projeto de reconstrução e da transformação do Brasil

O BRASIL E A CHINA: A POLÍTICA NO COMANDO, POR GLEISI HOFFMANN

“Nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos que as relações da China com o Brasil contribuam para que o Brasil dê um salto no seu processo de industrialização e desenvolvimento tecnológico”, aponta a presidenta do PT

Gleisi Hoffmann

O mundo está mudando. A hegemonia americana vem diminuindo. Outros países estão ascendendo. Outro futuro está sendo construído. A questão não é saber “se”, a questão é saber como, quando e com quem vamos compartilhar esse novo futuro. O grande empresariado brasileiro já fez a sua escolha. Desde 2009, a China é o maior parceiro comercial do Brasil. O saldo de comércio acumulado

nos últimos 20 anos é de cerca de 250 bilhões de dólares, a favor do Brasil.

A questão é que, se deixarmos as relações entre Brasil e China serem decididas pelo livre comércio, vamos continuar sendo exportadores de primários e importadores de industrializados. Nós do PT não queremos perpetuar esta situação. Queremos reindustrializar o Brasil. Por isso, é preciso colocar a política no comando.

Na China, a política está no comando. Existe mercado, existem empresas e empresários priva-

dos, só que - diferentemente do Brasil - a economia privada está a serviço de objetivos que vão muito além do lucro individual. Quem duvida, por favor olhe os indicadores do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e de outras organizações internacionais. Ou então veja as estatísticas da OMS, sobre como a China conseguiu evitar que a COVID 19 causasse a mesma tragédia humana que causou nos Estados Unidos e no Brasil.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos que as relações da China com o Brasil contribuam

para que o Brasil dê um salto no seu processo de industrialização e desenvolvimento tecnológico. E para isso é preciso colocar a política no comando, ou seja, negociar novos termos da relação. E, mesmo que isso incomode o coração de alguns, para negociar politicamente com a China, é preciso falar com quem controla o Estado Chinês desde 1949: o Partido Comunista da China.

Os chineses valorizam a relação governo-governo. Foi por isso, aliás, que estabeleceram uma relação estratégica com o Brasil, na época de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Foi por isso, também, que adotaram uma parceria estratégica global, assim como incentivaram os BRICS, na época de Lula e Dilma. Mas, para os chineses, a relação partido-partido é muito importante. Totalmente diferente da sanha antipolítica e antipartido da extrema-direita, os chineses vêm promovendo reuniões mundiais de partidos políticos, para os quais são convidados inclusive partidos conservadores.

Sendo assim as coisas, é indispensável - se queremos que a relação Brasil-China se mantenha e se queremos que ela deixe de ser marcada pela exportação de produtos primários - que o Partido dos Trabalhadores mantenha relações com o Partido Comunista da China. Nessas relações, buscamos conhecer e respeitar. Copiar, nunca.

Sabemos que algumas pessoas, no Brasil e no mundo, tratam a China como uma aberração, antidemocrática, totalitária. Sabemos, também, que algumas pessoas acham que nosso modelo político deveria ser os Estados Unidos e a Europa - onde a extrema-direita vem crescendo, apesar de no passado ter causado duas guerras mundiais.

Nossa opinião a esse respeito é a seguinte: não é a China que



GLEISI HOFFMANN alinha interesses estratégicos em reunião com ministra adjunta das Relações Exteriores da China, Hua Chunying, em Pequim

ameaça a paz nem a democracia no mundo. A ameaça à paz e à democracia está mais ao Ocidente, digamos assim. Achamos, também, que cabe aos chineses decidir que modelo de governança vão adotar. Não somos a favor da ingerência, como os Estados Unidos fazem desde a Declaração Monroe de 1823, tratando o continente americano como "quintal". E repudiamos os golpes e invasões contra os países e governos que não concordam com o american way of life. Cuba, por exemplo, é vítima de um bloqueio cruel desde a década de 1960.

Sei que para pessoas acostumadas a copiar o modelo dos Estados Unidos, nossa visita à China pode indicar que nós do PT queremos copiar o modelo chinês. Para quem está preocupado com isso, recomendamos relaxar. Não fomos à China copiar modelos, nem o PCCh nos proporia isso. Nossa relação sempre foi de mútuo respeito. Fomos à China conhecer a história e as experiências práticas que levaram um país semifeudal e destruído pela guerra, como era a China em 1949, a transformar-se na potência econômica, tecnológica e científica que são hoje. Uma potência não apenas em benefício

de alguns, mas capaz de superar a pobreza e a desigualdade de mais de 1 bilhão e 400 milhões de pessoas.

Só indo à China é possível perceber suas potências, seus problemas e inclusive suas debilidades. Mas não precisamos ir à China para defender algo que já defendemos desde que o PT foi fundado: um país soberano, um país igualitário, um país com liberdades democráticas, um país desenvolvido. E um "socialismo com características brasileiras".

Este é o modelo que queremos construir com nosso povo, sem copiar ninguém, mas sempre conhecendo e respeitando as experiências de partidos de tradição socialista, popular e democrática dos mais diversos países. A história recente do Brasil mostrou, mais uma vez, quem são os defensores da subalternidade em política externa, da desigualdade social e da ditadura em nossa sociedade. E o povo brasileiro sabe de que lado o PT está e sempre esteve: na linha da reconstrução e da transformação do Brasil. É para contribuir com isso que o PT mantém e continuará mantendo ótimas relações com a China.

Gleisi Hoffmann, presidenta do PT, é deputada federal pelo Paraná

“UMA PARCERIA FUNDAMENTAL PARA O FUTURO DA AMÉRICA DO SUL”, DIZ LULA NA COLÔMBIA

Em visita ao país, Lula mantém agenda de unificação sul-americana e fortalecimento do continente no cenário mundial

Fernanda Otero

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumpriu agenda em Bogotá, na Colômbia, no último dia 17, onde realizou reuniões bilaterais. Participou da abertura da 36ª Feira Internacional do Livro de Bogotá (FILBo), maior evento editorial e cultural colombiano, e do encerramento do Fórum Empresarial Colômbia-Brasil.

O Fórum foi promovido pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil) em colaboração com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a ProColombia. O presidente estava acompanhado de uma comitiva de 11 ministros e ministras de Estado, governadores, artistas e empresários.

Durante a visita, foram assinados atos internacionais, memorandos de entendimento e termos de cooperação técnica em diversas áreas. A Colômbia é o terceiro principal parceiro comercial do Brasil na região. Segundo a diretora de Negócios da Apex Brasil, Ana Paula Repenza, o país é o segundo maior destino no mundo de internacionalização de empresas brasileiras. O volume de comércio entre os dois países atingiu o valor de US\$6,1 bilhões em 2023.

No encerramento no Fórum Empresarial, o presidente Lula



Ricardo Stuckert / PR

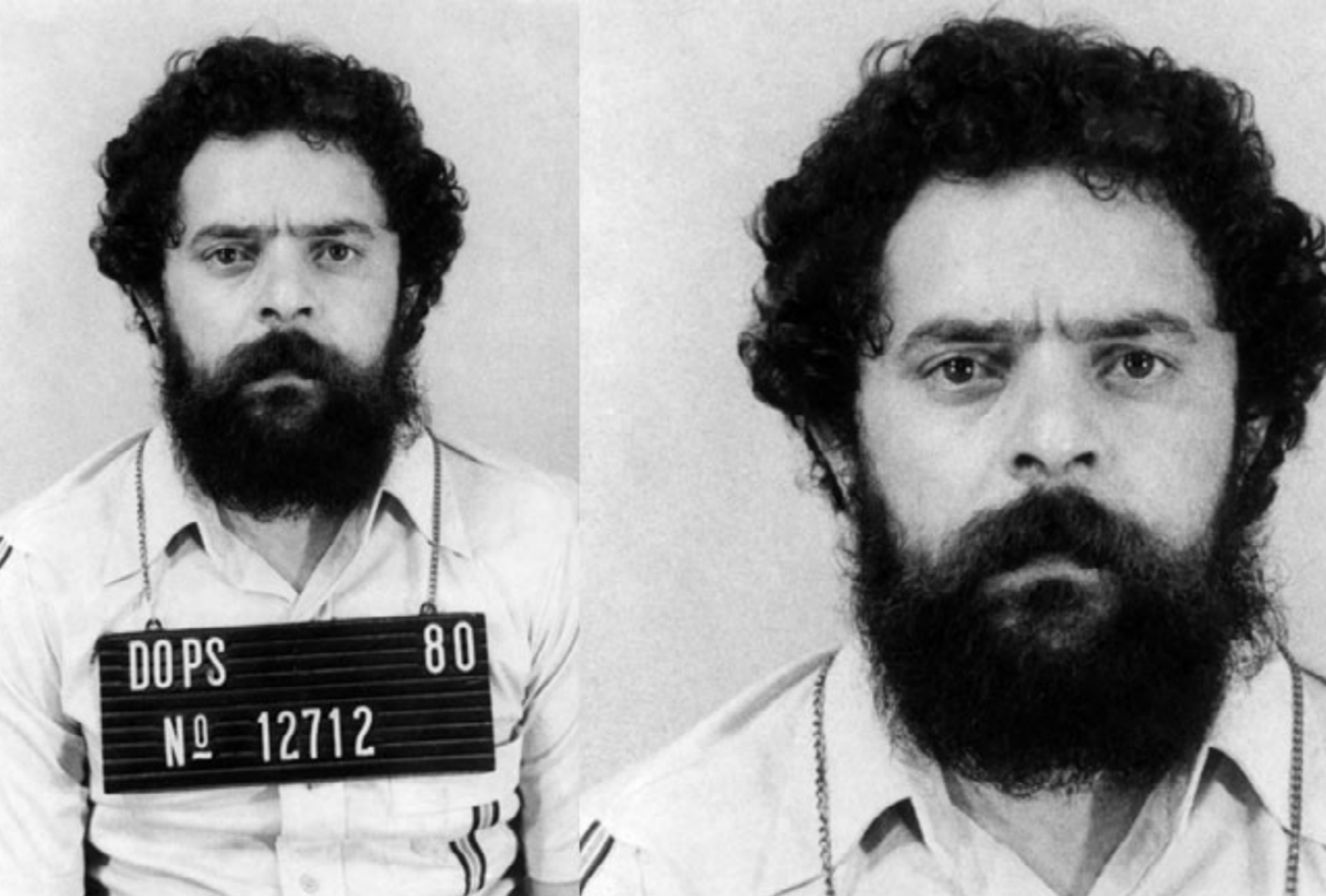
exaltou os atos de cooperação assinados entre os dois países. “Renovação de uma parceria fundamental para o futuro da América do Sul. Colômbia e Brasil trabalham para que os setores público e privado andem juntos e para que nossas economias cresçam e melhorem a vida das pessoas”, disse ele.

Lula afirmou que os dois países “exportariam sustentabilidade sem descuidar de pautas tradicionais”. Colômbia e Brasil destacam-se nas políticas de enfrentamento às mudanças climáticas com grande fluxo de investimentos entre os dois países concentrados no setor energético. O presidente também ressaltou que a união fortalece o continente no cenário internacional. “Nós agora fazemos parte do Sul Global. Estou convencido que quanto mais forte nós estivermos, mais nós seremos respeitados”, frisou Lula.

Colômbia manifesta interesse ao BRICS+

Para o professor de Relações Internacionais da PUC-SP e Assessor do Mandato Internacional do Pacto Histórico no Congresso Colombiano, Pietro Alarcón, destaca-se o fato de que a relação entre os dois países atravessou várias fases ao longo da história, e que a fase atual é extremamente importante e inédita.

O assessor sublinhou que ambos os governos possuem agendas propositivas com muitos pontos em comum, trabalhando para avançar em políticas que consolidem um clima de desenvolvimento e paz regional. O governo colombiano manifestou formalmente o interesse de que o país faça parte do bloco do BRICS+ “o mais rápido possível”. O presidente Lula disse que vai trabalhar para que isso aconteça.



19 de abril de 1980

FORÇA BRUTA DESABA SOBRE O ABC; LULA É PRESO

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Inácio da Silva, é preso em casa e indiciado na Lei de Segurança Nacional, junto com outros dez dirigentes sindicais do ABC. As prisões ocorrem no 19º dia da paralisação por reajuste salarial e estabilidade no emprego, que mobilizava mais de 200 mil metalúrgicos. A greve de 1980 marcou o mais longo enfrentamento entre os trabalhadores e a ditadura desde o golpe de 1964. Os operários reivindicavam reajuste de 15% acima do

índice oficial do governo. Exigiam também estabilidade por 12 meses para evitar que o reajuste obtido fosse anulado pela prática do "turnover" - as empresas costumavam demitir funcionários em massa após a negociação, substituindo-os por outros com salários menores.

A mobilização foi tão intensa que o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) declarou-se incompetente para determinar a ilegalidade da greve. O TRT estabeleceu um reajuste de 7%, sem estabilidade. A Federação

das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) recusou-se a negociar com os sindicatos e o governo reforçou a intransigência patronal. Para intimidar os grevistas, helicópteros militares sobrevoaram as assembleias no estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo. No 17º dia de greve, dois dias antes das prisões, mesmo sem a declaração de ilegalidade, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, decretou intervenção nos sindicatos de São Bernardo e Santo André.

Como havia ocorrido no ano anterior, Lula e seus companheiros transferiram o comando de greve para a igreja matriz, cedida pelo bispo dom Cláudio Hummes. Mas a prisão dos dez dirigentes sindicais (junto com dois advogados e um jornalista, liberados no mesmo dia) mudaria o caráter do movimento, que passou a reivindicar a libertação de Lula e seus companheiros. A repressão então caiu sobre a igreja matriz com tropa de choque, bombas, cães e carros blindados, que lançavam jatos de água. A Polícia Militar tomou o estádio de Vila Euclides e foram proibidas assembleias no local. Foi proibido também um show de Chico Buarque e outros artistas em apoio à greve, marcado para o final daquela semana. Lula e os demais presos ficaram incomunicáveis por oito dias numa cela do Dops, em São Paulo, mas a greve prosseguiu.

A tensão chegou ao clímax na manhã de 1º de Maio, quando dom Claudio e outros bispos celebraram missa em apoio aos trabalhadores. Todos os acessos a São Bernardo foram fechados. Helicópteros militares cruzavam o céu. Milhares de policiais cercaram a igreja e ocuparam as ruas mais importantes da cidade para impedir a realização de uma passeata depois da missa. O senador Teotônio Vilela (PM-DB-AL) e outros políticos da oposição tentaram negociar a saída pacífica da cerimônia. Em vários pontos da cidade, grupos aguardavam para sair em passeata, cercados e ameaçados pelas tropas. Por volta das 11h, o comandante da PM, coronel Arnaldo Braga, recebeu ordem de desmobilizar a repressão. "Or-

dens superiores. Tá tudo liberado", disse o oficial ao senador.

Saindo da igreja e de outros locais de concentração, 100 mil pessoas caminharam em passeata até o estádio, retomado pelos trabalhadores. Cantavam "Caminhando", de Geraldo Vandré, e gritavam: "Se não soltar o Lula, ninguém vai trabalhar". A greve prosseguiu, mas a partir daquele dia, o 30º dia de paralisação, os grevistas podiam ser demitidos sem direitos por abandono de emprego.

Em 9 de maio, Lula e os outros dez sindicalistas presos iniciaram greve de fome para forçar a abertura de negociações, mas a Fiesp permanecia irreductível. Em 11 de maio, após 41 dias de paralisação, os metalúrgicos decidiram suspender a greve e iniciar uma operação tartaruga. Osmar Mendonça, o Osmarzinho, da comissão salarial, e Juracy Batista Magalhães, suplente da diretoria cassada, foram presos ao final da assembleia e levados para o Dops.

Em 20 de maio, o juiz da Auditoria Militar revogou a prisão de Lula e dos outros 12 sindicalistas. Mais de mil trabalhadores que se destacaram na greve já haviam sido demitidos. No domingo seguinte, 25 de maio, assembleia na Vila Euclides aclamou a diretoria cassada do sindicato como única representante da categoria. A intervenção na entidade iria durar até abril de 1981.

Mesmo sem obter ganhos salariais, a greve de 1980 marcou o avanço da organização e da consciência política dos trabalhadores. Foi a mais longa das greves, a que foi mais longe no enfrentamento aos patrões

e ao regime e consolidou o divórcio entre a ditadura e a sociedade civil. O general Milton Tavares de Souza, comandante do 2º Exército, usou o surrado discurso da "infiltração comunista no movimento grevista e na imprensa". No entanto, em conversas com políticos da Arena, divulgadas pelos jornais da época, o general presidente João Baptista Figueiredo reconheceu que a greve havia provocado "um desgaste enorme para o governo". A mobilização social e política em solidariedade ao movimento foi intensa em todo o país.

O show musical proibido em abril acabou ocorrendo no 1º de Maio. Chico Buarque gravou um disco com renda para o fundo de greve. Uma das canções era "Linha de Montagem" (Chico Buarque e Novelli), inspirada na paralisação dos metalúrgicos:

"As cabeças levantadas,

Máquinas paradas, dia de pescar

Pois quem toca o trem pra frente

Também de repente pode o trem parar"

A repressão ao movimento expôs os limites do projeto de "abertura" do general Figueiredo. "Os metalúrgicos demonstraram que a abertura não é uma dádiva, ela tem de ser conquistada por nós", disse Lula ao sair da cadeia. "Nós nunca acreditamos nessa abertura do governo, que não tem espaço para os trabalhadores." O enfrentamento com a ditadura e os patrões ao longo da greve consolidou entre os trabalhadores do ABC a força emergente do PT, criado em janeiro daquele ano.



21 de abril de 1962

PARA TRANSFORMAR E INOVAR, NASCE A UNB

Exatamente dois anos após a inauguração da nova capital federal, é inaugurada a Universidade de Brasília (UnB), instituição de ensino superior que tem a ambição de ser tão inovadora no campo educacional quanto a capital federal no ponto de vista urbanístico.

Todo o trabalho de articulação do novo modelo educacional foi feito por uma equipe de especialistas coordenada pelo antropólogo Darcy Ribeiro e pelo educador Anísio Teixeira, que tinham um objetivo maior do que a simples criação de um novo campus: pretendiam tornar a UnB um modelo para a reestruturação de todo o sistema uni-

versitário do país.

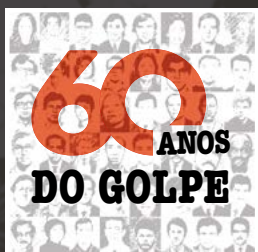
Nos anos que antecederam a inauguração, a proposta fora debatida por cientistas e intelectuais e se constituía na “questão cultural mais séria, mais desafiante e mais empolgante que se colocou diante da intelectualidade do país”, segundo Darcy Ribeiro.

Na UnB, todos os estudantes cursariam um período básico de dois anos, ministrado nos institutos centrais, com disciplinas introdutórias em ciências, artes e humanidades. Somente depois desse período teriam uma formação profissional, da qual estavam encarregadas as faculdades especializadas. Os oito institutos centrais da UnB seriam também

os responsáveis pela formação de pesquisadores, tanto em nível de graduação como de pós-graduação.

Toda essa inovação, no entanto, não duraria muito. Nove dias após o golpe de 1964, tropas do Exército e policiais invadiriam o campus da UnB. A ditadura afastaria vários professores, e, em solidariedade aos colegas, muitos outros se demitiriam. Tanto o projeto educacional de Darcy Ribeiro como o traçado da cidade universitária, elaborado por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, seriam desfigurados a partir de então.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@memorialdademocracia.com.br fpabramo.org.br



CICLO DE DEBATES
DITADURA
NUNCA MAIS!

BELÉM - PA
24.04 | 19H

3º DEBATE

Autoritarismo e repressão durante a ditadura militar brasileira

PARTICIPANTES



Edilza Fontes



Gilney Viana



Paulo Okamoto



Dep. Carlos Bordalo



MEDIAÇÃO
Naiara Torres



LOCAL DO EVENTO

**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DO PARÁ

**LOCAL: ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PARÁ**

EVENTO HÍBRIDO

TRANSMISSÃO :  /FundacaoPerseuAbramo

